



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
11ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Av. Rio Branco, 243, Anexo II - 7º andar - Bairro: Centro - CEP: 20040-009 - Fone: (21)3218-8114 - www.jfrj.jus.br - Email: 11vf@jfrj.jus.br

MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL Nº 5109133-14.2023.4.02.5101/RJ

IMPETRANTE: CARLOS NANTES BOLSONARO

IMPETRADO: SUPERINTENDENTE - POLÍCIA FEDERAL/RJ - RIO DE JANEIRO

SENTENÇA

Trata-se de mandado de segurança impetrado por **CARLOS NANTES BOLSONARO**, em face do **SUPERINTENDENTE – POLÍCIA FEDERAL/RJ – RIO DE JANEIRO**, objetivando "*D) seja julgado totalmente procedente o presente Mandado de Segurança para que o EXECELENTÍSSIMO SR. SUPERINTENDENTE DE POLÍCIA FEDERAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO DE JANEIRO, emita a renovação de porte de arma de fogo de calibre permitido, sob pena de astreintes por dia de descumprimento;*" e "*E) seja concedida a segurança para fins de assegurar ao impetrante o direito de portar arma de fogo de calibre permitido;*".

Afirma que requereu a renovação de porte de arma de fogo, nos termos do artigo 10, § 1º, da Lei nº 10.826/2003, mas seu pedido foi indeferido; que é vereador de um dos municípios mais violentos do Estado do Rio de Janeiro, é pessoa pública e de filiação do ex-Presidente da República, vivenciando terrível sensação de insegurança no dia a dia; que as ameaças perpetradas contra membros de sua família se materializaram em atentado contra a vida de Jair Messias Bolsonaro na campanha eleitoral do ex-Presidente e jamais cessaram, sendo o impetrante o único comunicador oficial de seu pai nas redes sociais, e também foi alvo de ameaças por diversas vezes; que a Polícia Federal investiga duas novas ameaças contra o ex-Presidente e sua família e todo o alegado é de conhecimento público e noticiado através das mídias e jornais.

Alega que o pedido preenche os requisitos legais exigidos para a obtenção de porte de arma de fogo de uso permitido. Argumenta que as exigências do art. 30, § 1º, da Instrução Normativa nº 131/2018, da Polícia Federal, por não estarem na Lei nº 10.826/2003, não podem prevalecer, porque ferem o princípio da legalidade; que o artigo 4º, da Lei nº 10.826/2003 é muito claro ao evidenciar que o requerente necessita declarar a efetiva necessidade em possuir uma arma de fogo, “logo, a necessidade não precisa ser demonstrada ou comprovada”, e que, a autoridade policial federal, ao não interpretar a lei de forma efetiva, deixa de praticar um ato discricionário e torna sua decisão arbitrária. Aduz que o mesmo requerimento de renovação foi protocolado no Distrito Federal, onde também possui domicílio, e, embora tenha sido requerida a renovação para determinado objeto, o indeferimento se deu para objeto diverso do pleiteado.

Inicial, acompanhada de procuração e documentos, no evento 1.

Decisão, no evento 5, determina que o impetrante comprove o recolhimento das custas judiciais.

O impetrante junta documento no evento 8 e comprovante de pagamento das custas no evento 9.

A União manifesta interesse em ingressar no feito no evento 12.

Informações da autoridade coatora no evento 16. Formula preliminar de falta de interesse de agir, e, no mérito, alega que a comprovação da efetiva necessidade para o porte de arma de fogo constitui exigência prevista na Lei nº 10.826/2003, não tendo o legislador conferido o direito de portar arma de fogo para cidadãos que se encontrem na hipótese apontada pelo impetrante, uma vez que o risco potencial não possui o condão de atribuir eficácia ao direito pleiteado; que o ato de autorização de porte de arma de fogo é discricionário e precário, no qual a administração pública possui a prerrogativa de escolher, dentre as opções possíveis, aquela que melhor atenda ao interesse público, e, no caso sob análise, esse entendimento resultou no indeferimento do pedido.

O Ministério Público Federal afirma que não restou caracterizado interesse público que justifique a sua intervenção no feito na qualidade de *custos legis* (evento 20).

O impetrante junta documento no evento 21.

É o relatório.

DECIDO.

Rejeito a preliminar de ausência de interesse de agir, por se confundir a matéria – falta de comprovação do direito líquido e certo - com o mérito da impetração, e como tal será enfrentada.

Passo à análise do mérito.

O impetrante se insurge contra decisão da autoridade coatora que indeferiu seu requerimento de autorização para o porte de arma de fogo nº 202306291440442570.

A autorização de porte de arma é disciplinada pela Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), que estabelece, como regra, a proibição do porte em todo o território nacional, excetuando-se os casos especificados no art. 6º do mencionado diploma legal e os previstos em legislação própria:

“Art. 6º É proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria e para:

I – os integrantes das Forças Armadas;

II – os integrantes de órgãos referidos nos incisos, I, II, III, IV e V do caput do art. 144 da Constituição Federal e os da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP);

III – os integrantes das guardas municipais ~~das capitais dos Estados~~ e dos Municípios ~~com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes~~, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei; (Expressões declaradas inconstitucionais pela ADIN 5538) (Vide ADIN 5948) (Vide ADC 38)

V – os agentes operacionais da Agência Brasileira de Inteligência e os agentes do Departamento de Segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

VI – os integrantes dos órgãos policiais referidos no art. 51, IV, e no art. 52, XIII, da Constituição Federal;

VII – os integrantes do quadro efetivo dos agentes e guardas prisionais, os integrantes das escoltas de presos e as guardas portuárias;

VIII – as empresas de segurança privada e de transporte de valores constituídas, nos termos desta Lei;

IX – para os integrantes das entidades de desporto legalmente constituídas, cujas atividades esportivas demandem o uso de armas de fogo, na forma do regulamento desta Lei, observando-se, no que couber, a legislação ambiental;

X - integrantes das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e de Auditoria-Fiscal do Trabalho, cargos de Auditor-Fiscal e Analista Tributário. (Redação dada pela Lei nº 11.501, de 2007);

XI - os tribunais do Poder Judiciário descritos no art. 92 da Constituição Federal e os Ministérios Públicos da União e dos Estados, para uso exclusivo de servidores de seus quadros pessoais que efetivamente estejam no exercício de funções de segurança, na forma de regulamento a ser emitido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ e pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP. Incluído pela Lei nº 12.694, de 2012)

(..)”

A concessão do porte de arma de fogo, à vista do Estatuto do Desarmamento, é excepcional e restrita, e demanda a comprovação, pelo requerente, do preenchimento dos requisitos dispostos no art. 10 da Lei nº 10.826/2003:

“Art. 10. A autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido, em todo o território nacional, é de competência da Polícia Federal e somente será concedida após autorização do Sinarm.

§ 1º A autorização prevista neste artigo poderá ser concedida com eficácia temporária e territorial limitada, nos termos de atos regulamentares, e dependerá de o requerente:

I – demonstrar a sua efetiva necessidade por exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física; (Vide ADI 6139)

II – atender às exigências previstas no art. 4º desta Lei;

III – apresentar documentação de propriedade de arma de fogo, bem como o seu devido registro no órgão competente.

§ 2º A autorização de porte de arma de fogo, prevista neste artigo, perderá automaticamente sua eficácia caso o portador dela seja detido ou abordado em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas ou alucinógenas.”

Por seu turno, o art. 4º da mesma lei dispõe que:

“Art. 4º Para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá, além de declarar a efetiva necessidade, atender aos seguintes requisitos:

I - comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, que poderão ser fornecidas por meios eletrônicos; (Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008)

II – apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa;

III – comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, atestadas na forma disposta no regulamento desta Lei.

(...)

O Decreto nº 11.615/2023, que regulamenta a Lei nº 10.826/2003, estabelece que:

“Art. 46. O porte de arma de fogo de uso permitido, vinculado à prévia expedição de CRAF e ao cadastro nas plataformas de gerenciamento de armas do Sinarm, será expedido pela Polícia Federal, no território nacional, em caráter excepcional, desde que atendidos os requisitos previstos no § 1º do art. 10 da Lei nº 10.826, de 2003.

Parágrafo único. Caberá ao Diretor-Geral da Polícia Federal estabelecer os procedimentos relativos à concessão e à renovação do porte de arma de fogo.”

No caso dos autos, consoante informações prestadas ao Juízo (evento 16), o pedido de concessão de porte de arma de fogo, em substituição a outro porte anterior, foi indeferido com fundamento na ausência de comprovação do requisito de efetiva necessidade por parte do requerente:

“Trata-se de requerimento de concessão de Porte de arma de fogo de uso permitido, na forma do art. 10, §1º da Lei 10.826/2003, com abrangência NACIONAL com validade de 5(cinco) anos, em substituição a outro porte anterior, cujo requerente declara continuar preenchendo o requisito da efetiva necessidade por ser VEREADOR MUNICIPAL (Cidade do Rio de Janeiro/RJ), atividade profissional que considera de risco, e por sentir que sua integridade física está ameaçada, alegando que possui “sua cabeça a prêmio”.

O requerente destaca ser filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), e que a Polícia Federal investiga ameaças feitas na internet contra o ex-presidente e sua família, fazendo juntar endereços eletrônicos (SITES) com tais noticiais.

(...)

Foram cumpridos os requisitos preliminares para dar seguimento ao requerimento, previstos no art. 10, §1º, incisos II e III, da Lei 10.826/2003 (propriedade e registro da arma, idoneidade, ocupação lícita, residência certa, capacidade técnica e aptidão psicológica).

Além dos requisitos preliminares, o art. 10, §1º, I, da Lei 10.826/2003 também exige que o requerente demonstre a efetiva necessidade pelo exercício de atividade profissional de risco ou ameaça à integridade física (não bastando mera declaração, já que a REGRA GERAL do art. 6º da Lei nº 10.826/2003 é a proibição do porte).

Quanto à atividade exercida, não foram comprovadas ameaças ou riscos individualizados, superiores e distintos em relação aos perigos habituais suportados por quem exerce a mesma atividade profissional, para justificar a concessão excepcional do porte. E quanto à alegação de efetiva necessidade sob o prisma da ameaça à sua integridade física, estabelece o art. 33, §2º, da IN nº 201/2021-DG/PF que o risco e a ameaça devem ser pelo menos potenciais, ou seja, plausíveis, individualizados e atuais, não bastando, portanto, alegações de perigos abstratos ou impessoais, sem efetividade ou plausibilidade de dano à vida, incolumidade ou integridade física, ou ainda fatos isolados ou direcionados apenas ao patrimônio próprio ou de terceiros, que podem ser protegidos por outros meios. No caso concreto, entretanto, a documentação juntada não é suficiente para comprovar a efetiva necessidade por ameaças e riscos individualizados, plausíveis e atuais à sua integridade física, que justifiquem a concessão excepcional do porte.

(...)

Ante o exposto, INDEFIRO o porte de arma para defesa pessoal ora apreciado, ficando o interessado cientificado que o prazo recursal é de 10 dias (art. 69 da IN nº 201/2021-DG/PF c/c art. 59 da Lei 9784/1999) contados da disponibilização dessa decisão nesse sistema informatizado, conforme estabelece o art. 7º do Decreto nº 8539/2015.”

Ainda de acordo com as informações, apesar de oportunizado, o impetrante não interpôs recurso em face da decisão de indeferimento.

Com efeito, a autorização para o porte de arma de fogo é ato unilateral da Administração, revestido de precariedade, com possibilidade de revogação de acordo com a conveniência e oportunidade, aferidas de modo discricionário pela própria Administração, sendo sujeita ao preenchimento dos requisitos legais.

Assim, o ato administrativo ora sob análise possui, além dos seus aspectos vinculados, conteúdo discricionário, o qual consiste na avaliação pela Administração Pública da justificativa apresentada pelo interessado, cabendo à Polícia Federal aferir se tal justificativa traduz a efetiva necessidade do porte de uma arma de fogo pelo requerente.

Tratando-se de ato administrativo precário e discricionário, é vedado ao Poder Judiciário, salvo em caso de patente ilegalidade ou abuso de direito, ingressar na seara do mérito administrativo que concluiu pela inexistência das condições necessárias ao deferimento do pleito do impetrante.

A autoridade impetrada apreciou o requerimento administrativo de forma devidamente fundamentada, dentro da esfera de sua discricionariedade, não se vislumbrando qualquer ilegalidade no procedimento adotado pela autoridade no indeferimento do pedido ou abuso no exercício desse poder discricionário por parte da Administração.

A propósito, colaciono precedentes do e. Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com meus grifos:

*“APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. PORTE DE ARMA DE FOGO. ATO ADMINISTRATIVO DISCRICIONÁRIO. CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DA ADMINISTRAÇÃO. RECONSIDERAÇÃO DE DECISÃO. REVOGAÇÃO DO DECRETO ANTERIOR. NÃO PREENCHIMENTO DE REQUISITO. PODER DE AUTOTUTELA. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.1. Cuida-se de apelação interposta de sentença que denegou segurança postulada para obter concessão de porte federal de arma de fogo.2. **A concessão de porte de arma de fogo é ato administrativo discricionário, de sorte que está sujeito à conveniência e oportunidade da Administração, nos quais não pode adentrar o Poder Judiciário.**3. No caso concreto, não há ilegalidade em ato administrativo que reconsidera decisão anterior amparada em decreto revogado (Decreto nº 9.847/2019), considerando que a legislação que o sucedeu (Decreto nº 9.875/2019) criou circunstância especial para autorização de porte de arma não vislumbrada, estando o ato na esfera da discricionariedade da Administração Pública.4. **A revogação da autorização de porte do apelante deu-se com base no poder de autotutela da Administração Pública, reconhecida pela Súmula 473 do STF e expressa no art. 53 da Lei nº 9.784/99.**5. **O ato administrativo impugnado foi devidamente fundamentado, tendo sido expostas as razões fáticas e jurídicas acerca da não demonstração dos requisitos necessários à concessão do porte pleiteado. Inexistente, então, também sob esse aspecto, qualquer ilegalidade.**”6.As alegações genéricas formuladas pelo impetrante de existência de violência nos meios rurais não se prestam a caracterizar o preenchimento do requisito da demonstração da efetiva necessidade pelo exercício de atividade profissional de risco ou ameaça à integridade física do requerente.7. **Sequer tendo sido exercido, efetivamente, o porte de arma de fogo, não há espaço para discussão acerca de ofensa ao direito adquirido e ato jurídico perfeito.**8. **Apelação conhecida e não provida.**” (TRF2, Apelação Cível nº 5018191-81.2019.4.02.5001, Rel. Desembargador Federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama, 6ª Turma Especializada, julgado em 06/07/2020, DJe 15/07/2020).*

*“ADMINISTRATIVO - REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA PORTE DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO - INDEFERIMENTO DO PEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL - EFETIVA NECESSIDADE NÃO DEMONSTRADA - DISCRICIONARIEDADE DO ATO - LEI Nº 10.826/2003.I - Não é lícito ao Judiciário emitir juízo de valor quanto ao mérito das decisões emanadas da Administração Pública, especificamente no que tange aos limites de sua discricionariedade. Logo, a apreciação deve ficar adstrita aos aspectos formais do ato impugnado, concernentes à sua legalidade, de modo a se sanar eventual arbitrariedade, desvio de finalidade ou abuso de poder. II - **Tanto a Lei nº 10.826/2003 quanto a sua norma regulamentadora, ao disciplinarem a questão relativa à concessão de porte de arma de fogo, evidenciam a natureza precária e discricionária do referido ato administrativo, dispondo expressamente que o interessado em obter aludida autorização deve declarar a sua efetiva necessidade, atribuindo à Polícia Federal o poder/dever de aferir a razoabilidade dos motivos apresentados, não cabendo ao Poder Judiciário rediscutir e reavaliar os critérios de conveniência e oportunidade do ato impugnado.** III - Recurso não provido.” (TRF2, Apelação Cível nº 5001998-88.2019.4.02.5001, Rel. Desembargador Federal Sergio Schwaitzer, 7ª Turma Especializada, julgado em 04/12/2019, DJe 09/12/2019).*

*“DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. PORTE DE ARMA DE FOGO. DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA. 1. A decisão agravada, acertadamente, negou a concessão liminar do porte de arma de fogo a sócio de empresa de segurança privada, fundada na discricionariedade da Polícia Federal para expedir essa autorização. 2. **O porte de arma é mera autorização, de caráter precário, sujeita ao preenchimento de uma série de requisitos legais, segundo um juízo de conveniência e oportunidade da Administração, não podendo o Judiciário nela imiscuir-se, salvo para afastar flagrante ilegalidade ou abuso de direito, delimitado pelos parâmetros legais e regulamentares, nomeadamente a Lei nº 10.826/2003, Decreto nº 5.123/2004 e Instrução Normativa nº 023/2005-DG/DPF. Precedentes.** 3. **O impetrante-agravante não ataca propriamente o ato omissivo da Polícia Federal visando compeli-la a analisar e decidir seu requerimento, alegadamente instruído com toda a documentação exigida pela legislação. Objetiva, diretamente, a concessão do porte de arma pela via judicial em substituição à autoridade administrativa, a quem restaria apenas a expedição do respectivo documento, o que é evidentemente inadmissível.** 4. A via mandamental não prescinde da prova pré-constituída do atendimento de todos os requisitos do art. 10, § 1º, da Lei nº 10.826/02, e o inciso II remete ao art. 4º,*

que elenca algumas exigências, ausentes nos presentes autos: 5. A concessão ou denegação de providências liminares é prerrogativa inerente ao poder geral de cautela do juízo de primeiro grau, e o Tribunal só deve sobrepor-se a ele na avaliação das circunstâncias fáticas que ensejaram o deferimento ou não da medida, em cognição não exauriente, se a decisão agravada for teratológica, ou, ainda, em flagrante descompasso com a Constituição, a lei ou com a orientação consolidada de Tribunal Superior ou deste tribunal. 6. Agravo de instrumento desprovido.” (TRF2, Agravo de Instrumento nº 0005145-54.2014.4.02.0000, Rel. Desembargadora Federal Nizete Lobato Carmo, 6ª Turma Especializada, julgado em 14/04/2014).

Alegações genéricas ou que digam respeito a terceiros, ainda que esses possuam uma relação de parentesco com a parte interessada, não constituem justificativas aptas a atender ao requisito da efetiva necessidade.

Como referido pela autoridade impetrada em suas informações, “no caso do Vereador, embora a situação seja diversa – sob o ponto de vista de segurança estatal à sua disposição -, o simples receio de sofrer uma investida criminosa não afasta a necessidade de comprovar o exercício de atividade de risco ou ameaça à integridade. Quanto ao mandato desempenhado, tem-se que não consiste, por si só, em atividade de risco, haja vista a ausência de indicativos da atuação perigosa ou com ônus desproporcional ao exercente.”

No presente feito, o impetrante apresentou três termos circunstanciados com relatos de ameaça, todos posteriores à decisão de indeferimento do pedido administrativo (em 11/07/2023): “Na data de 10/08/2023 as 00:45 no meu gabinete avançado onde também é meu local de trabalho, fui ameaçado de maneira que um indivíduo lançou objeto contra a janela de meu escritório” (evento 1, out20); “narra o comunicante CARLOS NANTES BOLSONARO, que no dia de hoje 12DEZ2023, por volta de 10h, o nacional VITOR HERNANE DA SILVA, esteve no endereço de seu gabinete na rua Divisória 30 casa 15, no bairro de Bento Ribeiro, Rio de Janeiro e gritou dizendo: “VOU DAR UM TIRO NA CABEÇA DO BOLSONARO”, “BOLSONARO É UM MERDA”, “VOU ENTUPIR ELE DE TIRO” (evento 8, anexo2); e “que na data de hoje, 11MAR2024, segunda-feira por volta das 12h30 min, o Inspetor de Segurança da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Breno Bortolotti Batista, encarregado do dia, foi comunicado pela equipe do setor de identificação e encaminhamento, que GABRIEL LIMA DUARTE BUENA, que dizia ser irmão do Vereador Carlos Bolsonaro, teve a sua entrada não permitida pelo gabinete do Vereador; Que diante do ocorrido no dia de hoje foi informado por um dos funcionários do setor de identificação, que em tempo pretérito, GABRIEL teve sua entrada não permitida pelo gabinete, onde após negativa de visita proferiu ameaça direcionada ao vereador dizendo: “VOU MATAR ELE”; Que após essa fala, GABRIEL se retirou da Câmara e partir; Que vale ressaltar que o vereador, não estava presente na ocasião da ameaça” (evento 21, anexo2).

Entendo que o termo circunstanciado, por si só, não é instrumento bastante para configurar prova documental pré-constituída em relação ao preenchimento do requisito da "efetiva necessidade" da aquisição de arma de fogo.

O termo circunstanciado contém alegações de caráter unilateral, que dependem de posterior apuração pela autoridade policial, ressaltando-se que o impetrante não juntou aos autos nenhum documento que comprove o desdobraimento das alegações relatadas nos documentos em questão.

Nesse sentido, já decidiu o e. TRF da 2ª Região:

“ADMINISTRATIVO. AUTORIZAÇÃO PARA PORTE DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL. EFETIVA NECESSIDADE NÃO DEMONSTRADA. DISCRICIONARIEDADE DO ATO ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL DESPROVIDA

I - Trata-se de Apelação Cível interposta pela Parte Impetrante em face de sentença que denegou a segurança pretendida. II - Pretendeu a Parte Impetrante, na origem, obter provimento judicial que determine à autoridade apontada como coatora que lhe autorize, no Requerimento Administrativo nº 202303231523063501, a posse de arma de fogo de uso permitido, condicionada à posterior aquisição de armamento. III - A autorização de porte de arma é ato administrativo, de caráter precário, sujeita ao preenchimento de requisitos legais, segundo um juízo de conveniência e oportunidade da Administração, não cabendo ao Judiciário modificar a decisão administrativa, salvo se comprovada a ocorrência de ilegalidade, o que não ocorreu, in casu. IV - Nos termos do art. 10, § 1º, I, da Lei nº 10.826/03, Estatuto do Desarmamento, para obter autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido, de forma excepcional, o requerente deverá demonstrar a sua efetiva necessidade por exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física. V - Não é suficiente para a obtenção do porte de arma de fogo para defesa pessoal o argumento genérico da existência de altos índices de violência na região, devendo ser comprovada a existência de perigo ou ameaça concreta e atual. VI - No caso concreto, a autoridade administrativa concluiu que o risco advindo da atuação profissional do Impetrante/Apelante na prestação de serviços como Agente Socioeducativo não é suficiente para justificar a concessão excepcional do porte de arma de fogo. Além disso, apesar de apresentar boletim de ocorrência de lesão corporal leve praticada por socioeducando no IASES enquanto exercia a função de Agente Socioeducativo, tem-se, como expresso na sentença, que este documento "possui alegações de caráter unilateral produzidas pelo próprio Impetrante, não podendo ser considerado como prova documental pré-constituída. Até porque, o Impetrante não juntou aos autos nenhum documento que comprove o desdobraimento das alegações relatadas no Boletim de Ocorrência perante uma

autoridade policial ou o sistema de justiça criminal, como a instauração de inquérito policial ou o ajuizamento de uma ação penal." VII - No caso dos autos, o indeferimento do pedido administrativo foi devidamente fundamentado e justificado em face da ausência de comprovação do requisito de efetiva necessidade, não havendo que se falar em ilegalidade ou violação ao princípio da presunção de inocência. VIII - Não cabe ao Judiciário substituir o juízo realizado pela Administração. Precedentes desta Corte. IX - Apelação desprovida." (TRF2, Apelação Cível nº 5032993-45.2023.4.02.5001, Rel. Desembargador Federal Reis Friede, 6ª Turma Especializada, julgado em 17/05/2024). (grifei)

"APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. PORTE DE ARMA DE FOGO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. 1. Trata-se de recurso de apelação interposto visando à reforma da sentença proferida pelo Juízo da 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro que julgou extinto, sem julgamento do mérito, por inadequação da via eleita, que objetivava suspender o ato administrativo de indeferimento do Porte de Arma de Fogo para possibilitar que o impetrante, ora apelante, venha a obter tal autorização. 2. O ato administrativo de concessão da autorização para adquirir armas de fogo possui, além dos seus aspectos vinculados, conteúdo discricionário, o qual consiste na avaliação da Administração Pública da justificativa apresentada pelo interessado. Dessa forma, cabe à Polícia Federal aferir se tal justificativa traduz a efetiva necessidade da aquisição de uma arma de fogo pelo interessado, na forma do artigo 10, § 1º, da Lei nº 10.826/03. O Poder Judiciário não pode fazer controle sobre o mérito do ato administrativo, ou seja, não pode dizer se ele é conveniente ou oportuno, sob pena de se imiscuir na atividade típica do administrador. Ao Judiciário compete analisar apenas e tão somente os aspectos relacionados à legalidade do ato. 3. In casu, relata o impetrante ter sido vítima de emboscada e que vem sofrendo várias ameaças, conforme Registros de Ocorrência acostados aos autos. Informa que a necessidade não se funda no exercício de atividade profissional de risco, mas tão somente na ameaça comprovada à sua integridade física e de seus familiares. Menciona que adquiriu de forma preventiva uma pistola Taurus TH 380 por meio do requerimento de posse de arma de fogo e que a referida arma de fogo está devidamente registrada no SINARM, arma essa que requer o porte. 4. Como muito bem mencionado pelo Juízo a quo, o caso específico trazido a apreciação não é apto a ser enfrentado pela via mandamental, considerando que como prova foram trazidos apenas os Registros de Ocorrência, que, embora tenham relevância, não são instrumentos bastante para que se afirme existência de direito líquido e certo no que toca à alegada ameaça sofrida. O Boletim de Ocorrência é um depoimento inicial da vítima, que depende de posterior análise da autoridade policial, sendo certo que mesmo com quase 2 anos de transcurso da primeira ocorrência, o impetrante não apresentou nenhum andamento do inquérito policial que demonstre a certeza e a liquidez da ameaça. Precedentes. 5. Primeira apelação conhecida e desprovida. Segunda apelação não conhecida em virtude da preclusão consumativa." (TRF2, Apelação Cível nº 5019728-69.2020.4.02.5101, Rel. Desembargador Federal José Antonio Lisboa Neiva, 7ª Turma Especializada, julgado em 07/04/2021, DJe 20/04/2021). (grifei)

Ressalte-se que, ao contrário do alegado pelo impetrante, o art. 4º da Lei nº 10.826/2003 não lhe socorre, para a conclusão de que a necessidade não precisa ser demonstrada ou comprovada.

Isso porque o referido dispositivo trata da aquisição de arma de fogo e não do porte, tendo o legislador conferido tratamento jurídico diferente às duas situações. Enquanto a aquisição é vinculada legalmente à declaração de necessidade (art. 4º, *caput*), para o porte, é necessário que o requerente faça a efetiva comprovação da necessidade (art. 10, § 1º, I), cabendo a ele o ônus da prova.

Por fim, vale mencionar que a Instrução Normativa nº 131-DG/PF/2018, citada pelo impetrante, foi revogada pela IN nº 174-DG/PF/2020, a qual também já foi revogada, vigorando atualmente a Instrução Normativa nº 201/2021/DG/DPF, cujas regras para o procedimento de porte (demonstração da efetiva necessidade - art. 30) estão em consonância com a Lei nº 10.826/2003 e seu decreto regulamentador.

Pelo exposto, **JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO, e DENEGO A SEGURANÇA**, com fulcro no artigo 487, I, do Código de Processo Civil.

Sem condenação em honorários advocatícios, na forma do art. 25 da Lei nº 12.016/2009.

Sem custas para preparo, posto que integralmente recolhidas pelo impetrante.

Desnecessária a ciência do Ministério Público Federal, em razão da ausência de interesse afirmada nos autos.

Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

P.I.

Documento eletrônico assinado por **VIGDOR TEITEL, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <https://eproc.jfrj.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador **510013697973v12** e do código CRC **147bfa9a**.

Informações adicionais da assinatura:
 Signatário (a): VIGDOR TEITEL
 Data e Hora: 11/7/2024, às 15:23:13

